

Questão Discursiva 01654

Nos artigos 2.º, caput, e 3.º do Código de Defesa do Consumidor (CDC), são apresentados, respectivamente, os conceitos de consumidor padrão e fornecedor de serviços ou produtos. De acordo com o mesmo diploma legal, as normas que regem o direito do consumidor incidem diretamente sobre os órgãos públicos ou sobre suas empresas, concessionárias, permissionárias e demais modalidades de empreendimento de caráter público.

O tema sempre gerou discussões doutrinárias e jurisprudenciais, que desencadearam o surgimento de três interpretações: i) a extensiva); ii) a de que a prestação do serviço deve ser remunerada e iii) a de que os serviços custeados por tributos não estão sob a incidência do CDC.

Tal divergência também é aplicada aos serviços notariais e de registro, uma vez que o artigo 236 da Constituição Federal estabelece que as atividades devem ser exercidas em caráter privado, por delegação do poder público, enquadrando-se, por conseguinte, no conceito abrangente de serviços públicos.

Com base nas informações do texto acima, disserte sobre as correntes atualmente existentes acerca da matéria, abordando, necessariamente, os fundamentos jurídicos que as amparam e a possibilidade de aplicação do CDC aos serviços públicos e às atividades praticadas por notários e registradores.